

# O MERCADO DE TRABALHO EUROPEU E A ESTRATÉGIA DE LISBOA: MAIS E MELHORES EMPREGOS?

Rita Petra Kallabis♦

## RESUMO

Uma das respostas da União Europeia à crise econômica foi a reafirmação da “Estratégia de Lisboa”. Esta estratégia, lançada em 2000, consiste num conjunto de projetos que visam a política industrial, social e de mercado de trabalho a fim de dinamizar o conjunto dos países da região. Parte integral dela é a Estratégia Europeia para o Emprego (EEE). Quanto ao mercado de trabalho, os objetivos são: reduzir a taxa de desemprego, aumentar taxa de emprego para 75% da população em idade ativa, e “criar mais e melhores empregos”, além de flexibilizar os mercados de trabalho a fim de que respondam melhor às exigências das transformações produtivas em curso. Nesta pesquisa analisam-se os movimentos no mercado de trabalho europeu, de 1994, ano do lançamento da EEE e início da União Europeia, até 2007. Esta data é conveniente para poder observar os resultados sem distorção pela grave crise econômica internacional. Usam-se os dados estatísticos oficiais da UE, disponibilizados pelo EUROSTAT. Os resultados mostram a redução da taxa de desemprego, o aumento da taxa de emprego, e o aumento da flexibilização. No entanto, visto pelo lado do trabalho, o que aparenta ser um movimento em direção ao êxito da Estratégia, exhibe traços significativos de uma crescente precarização do mercado de trabalho europeu. Criaram-se mais empregos, mas não melhores.

Palavras chaves: União Europeia; mercado de trabalho; precarização

## Introdução

Em setembro de 2008, como um dos meios para vencer a crise que começou a assolar a União Europeia, reforçou Comissão Europeia sob novo nome, ‘Europa 2020’, a Estratégia de Lisboa, que deve orientar o caminho produtivo da União, até os anos 2020 (CEC, 2008)<sup>1</sup>. Desde os anos 1980, a consolidação do mercado único fora propalada como meio de dinamizar a região, no entanto, o alto e persistente desemprego provocara sinais de crise social que acompanharam a formação da União. Em resposta, lançaram os chefes de Estado ainda antes do Tratado de Maastricht – 1994, Tratado fundante da União Europeia - a Estratégia Europeia para o Emprego, que entraria no ano de 2000 como peça central da mais ampla Estratégia de Lisboa. A Estratégia de Lisboa recebeu o lema sugestivo “Mais e Melhores Empregos”, face a persistente crítica ao “*jobless growth*” (Goetschy, 1999).

Trata-se de um programa concebido para impulsionar o crescimento na região pela transformação das economias europeias em economias baseadas no conhecimento,

---

♦ Doutoranda em Desenvolvimento Econômico – área Economia Social e do Trabalho – Cesit/IE/Unicamp; rita\_kallabis@yahoo.com.br

<sup>1</sup> Para informações detalhadas sobre a Estratégia, sua gênese, sua evolução e os pressupostos subjacentes, vede Kallabis (2009).

engendrando políticas industriais de fomento a pesquisa e desenvolvimento; políticas ambientais, não só sob o lema da sustentabilidade, mas como fronteira de inovação; políticas e voltadas ao mercado de trabalho e políticas sociais visando a modernização dos sistemas de proteção social nos moldes destas novas. Juntos, estes programas devolveriam a competitividade à região, pressionada pelo surgimento de novos concorrentes no cenário global (os países da Ásia), pelas profundas transformações da ‘3ª-Revolução Industrial’ das tecnologias de comunicação e informação, e pelas mudanças demográficas, sobretudo o envelhecimento das populações europeias.

Elaborou-se uma estratégia que pode ser descrita como “*high-road-modelo*”, pela qual o primeiro lugar na concorrência internacional pudesse ser conquistado pela qualidade produtiva, baseada na qualidade das forças produtivas da região e, justamente por isso, num nível elevado de qualidade de vida das populações europeias (Brödner, Latniak, 2002; Pouchet, *et ali* 2009). Num contexto do capitalismo flexível, os mercados de trabalho deveriam ser flexibilizados e concomitantemente, os sistemas de proteção social teriam de ser adequados à esta flexibilidade. Esta ideia entrou na pauta política sob o nome de Flexicurity<sup>2</sup>, desde 2005 eixo principal na estratégia europeia para o emprego. As palavras - chaves flexibilidade/ adaptabilidade/ empregabilidade/ competitividade e empreendedorismo resumem as orientações políticas direcionadas tanto ao capital quanto ao trabalho<sup>3</sup>.

## **Objetivo e Metodologia**

Esta pesquisa procurou verificar em que sentido as modificações no mercado de trabalho europeu correspondem aos objetivos desta Estratégia, em termos quantitativos e qualitativos. Avaliam-se dados das estatísticas oficiais da União Europeia (EUROSTAT). Para ponderar o lema da Estratégia “criar mais e melhores empregos” observa-se inicialmente a relação entre crescimento e desemprego e, em seguida, o número de empregos criados segundo as duas principais variáveis apontadas na Estratégia de Lisboa para o mercado de trabalho: redução da taxa de desemprego e aumento da taxa de emprego para 75% da população em idade ativa. A flexibilização dos mercados de trabalho é analisado quanto ao

---

<sup>2</sup> *Flexicurity* – termo composto pelas palavras inglesas *flexibility e security*, livremente a ser traduzido como flexibilidade com proteção social, ou seguridade social.

<sup>3</sup> Precisa se ter em mente a institucionalidade específica da União Europeia, sem governo central e nas áreas políticas apontadas funcionando na base da cooperação voluntária dos Estados-membros. Vede a respeito Kallabis, 2009, pg. 25ss.

peso de empregos temporários e de empregos parciais. O objetivo “melhores empregos” é traduzido com ‘assegurar um alto padrão de vida das populações europeias’, valendo-se, como Proxy avaliativo, não tanto o nível de renda, mas a evolução do risco de pobreza. A apreciação crítica do conjunto destes elementos é tema da seção conclusiva.

Os dados referem-se em geral ao período de 1995 a 2007, primeiro ano da Estratégia Europeia para o Emprego e terminando com a adoção da *Flexicurity* como Política de Emprego da União Europeia. Evita-se, desta maneira, captar os efeitos da crise do início dos anos 1990 e da crise global deflagrada no final do ano de 2007, o que possibilita avaliar as tendências com maior clareza.

A avaliação é feita, em geral, para os Estados-Membros que compuseram a União Europeia no período compreendido (EU 15)<sup>4</sup>, incluindo os novos Estados-Membros do leste europeu - que aderiram à União Europeia em 2005 e 2007, formando a EU 27 - onde for conveniente. Além do mais, agrupam-se os Estados conforme seus “modelos capitalistas”,<sup>5</sup> para facilitar a leitura dos dados<sup>6</sup>.

## 1. “*Jobless Growth*” ou Crescimento com Emprego?

A principal condição para criar empregos continua ser o crescimento e o primeiro objetivo da Estratégia de Lisboa foi que a região crescesse numa média de 3% ao ano. O gráfico 1 mostra as taxas de variação do GDP<sup>7</sup> para a Europa dos 15 (que formaram a União Europeia em 1994) e, a partir de 2004, para a Europa dos 27. Ele também contém os dados dos Estados Unidos, por serem eles a principal referência para comparações.

O gráfico mostra, para a EU, duas fases de crescimento lento e hesitante, de 1996 a 2000 e mais lento ainda de 2003 a 2006, com um intervalo de contínua desaceleração entre

---

<sup>4</sup> Siglas: EU-27- Os 27 Estados Membros da União Europeia, desde 1/1/2007: AT – Austrália, BE - Bélgica, BG - Bulgária, CZ – República Checa, CY – Chipre, DK- Dinamarca, DE - Alemanha, EE - Estônia, ES – Espanha, FI – Finlândia, FR - França, GR – Grécia, HU – Hungria, IE – Irlanda, IT - Itália, , LV - Lituânia, LT - Letônia, LU - Luxemburgo, MT - Malta, NL – Países Baixos, PL – Polônia, PT - Portugal, RO - Romênia, SE – Suécia, SI - Eslovênia, SK - Eslováquia, UK – Reino Unido; EU-15 Os 15 Estados Membros da União Europeia entre 01/01/1995 e 30/04/2004: BE, DK, DE, IE, EL, ES, FR, IT, LU, NL, AT, PT, FI, SE, UK.

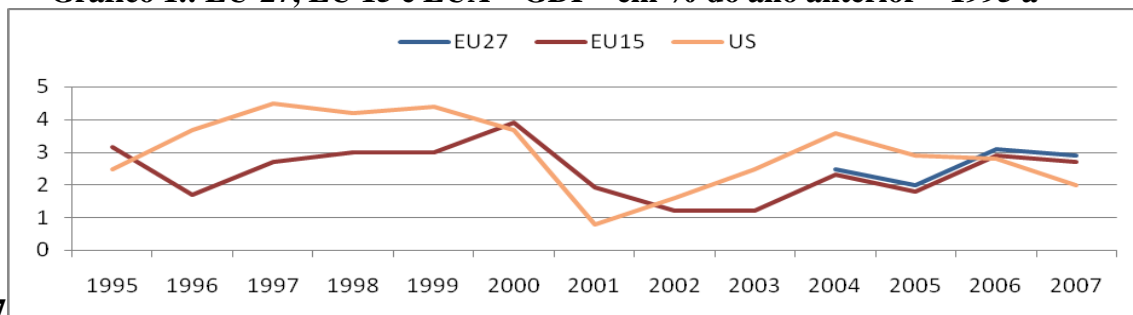
<sup>5</sup> Agrupam-se os Estados conforme o modelo escandinavo (norte), anglo-saxão(IE/UK), conservador (centro), paternalista (sul), e, onde for o caso, economias em transição (leste). No entanto, trata-se de Estados bastante heterogêneos. Vede uma discussão acerca da homogeneidade/ heterogeneidade dos Estados-membros da União Europeia em Kallabis (2009, pg. 14ss).

<sup>6</sup> No entanto, trata-se de Estados bastante heterogêneos. Vede uma discussão acerca da homogeneidade/ heterogeneidade dos Estados-membros da União Europeia em Kallabis (2009, pg. 14ss).

<sup>7</sup> GDP – *Gross Domestic Product*.

2001 e 2003. Na média do período compreendido, o crescimento da União Europeia dos 15 ficou em 2,35% e o dos Estados Unidos em 2,7%.

**Gráfico 1.: EU-27, EU 15 e EUA – GDP - em % do ano anterior – 1995 a**

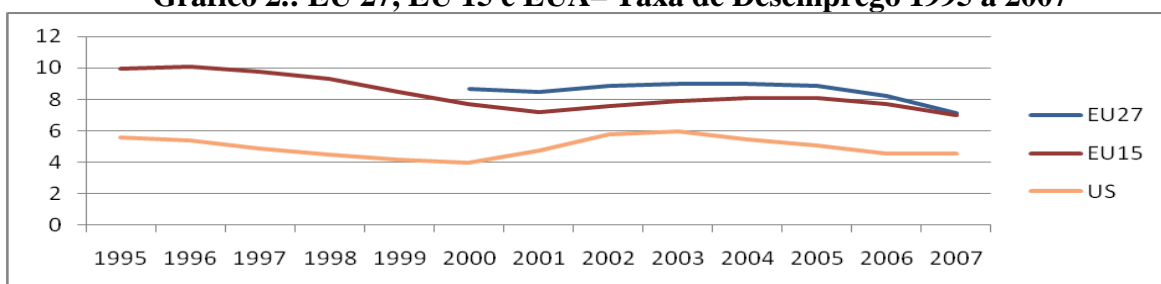


2007

Fonte: Eurostat – elaboração própria

O segundo objetivo era o recuo da taxa de desemprego, o que ocorreu de um patamar de 10% para 7%, na média europeia, contra uma oscilação entre 6% e 5% nos EUA, como mostra o gráfico 2. Em ambas as regiões, a crise de 2000/2001 interrompeu a fase de uma recuperação mais acentuada dos mercados de trabalho.

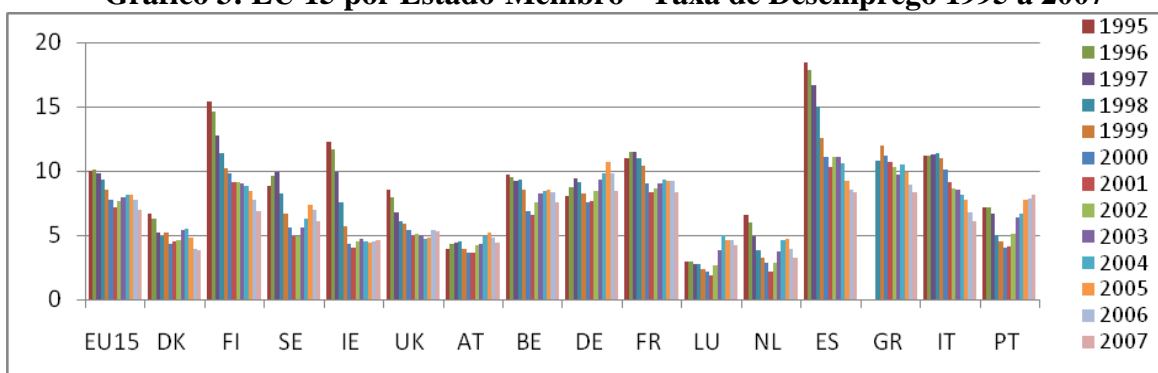
**Gráfico 2.: EU 27, EU 15 e EUA – Taxa de Desemprego 1995 a 2007**



Fonte: Eurostat – elaboração própria

O gráfico 3 desdobra a taxa de desemprego por Estado-Membro, e a comparação deste gráfico com o gráfico anterior permite perceber a grande heterogeneidade entre os Estados-membros.

**Gráfico 3: EU 15 por Estado-Membro - Taxa de Desemprego 1995 a 2007<sup>8</sup>**



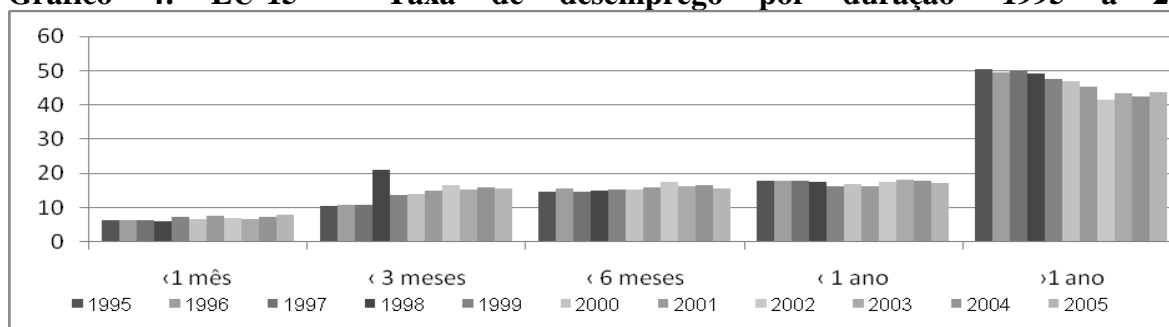
Fonte: Eurostat – elaboração própria

<sup>8</sup> Para as siglas, ver página xxiv

Em geral, as altas taxas de desemprego foram debeladas. A dinâmica nos cinco maiores países da EU é bastante diversificada: a Alemanha (DE) não conseguiu reduzir sua taxa média de desemprego, a França (FR), sim, mas numa trajetória claramente interrompida com a crise do início dos anos 2000. Os resultados na Itália (IT) e, sobretudo, na Espanha (ES) são de reduções elevadas e consecutivas, também durante os anos de crise. O Reino Unido (UK) já partiu de um nível bem menor e conseguiu estabilizar o desemprego bem abaixo da média europeia (EU 15).

Quanto ao desemprego, a flexibilização dos mercados de trabalho deveria reduzir o desemprego de longa duração na composição do desemprego bem como as diferenças entre a taxa geral de desemprego e a taxa de desocupação dos grupos classificados como vulneráveis, notadamente de mulheres, jovens e pessoas acima de 54 anos. O gráfico 4 permite retratar a composição do desemprego por duração.

**Gráfico 4: EU-15 – Taxa de desemprego por duração- 1995 a 2005**



Fonte: Eurostat - elaboração própria

O argumento é, quanto menores os períodos de desemprego, maior são a flexibilidade e a adaptabilidade do mercado de trabalho. Faz-se aqui só uma ressalva: deve-se levar em conta a qualidade da inserção no mercado de trabalho. O mercado de trabalho dinamarquês, por exemplo, provê empregos de boa qualidade num ambiente de grande rotatividade<sup>9</sup>, enquanto em outros países esta mesma rotatividade reflete, de modo geral, uma inserção marginal no mercado de trabalho<sup>10</sup>. Consta-se que a taxa de desemprego de longa duração recuou de maneira significativa no período compreendido, de 50% do total dos desempregados, para 43%, contudo com oscilações para cima nos últimos anos da série.

Esse resultado, sob o ponto de vista da EEE e da flexibilização, é positivo, pois ocorreu um ‘encurtamento’ no desemprego, e a rotatividade no mercado de trabalho obteve uma leve melhora. O problema, porém, persiste, já que a parcela dos que estão à procura de trabalho por mais de um ano ainda está acima de 40%. É um dado ainda muito elevado, tanto

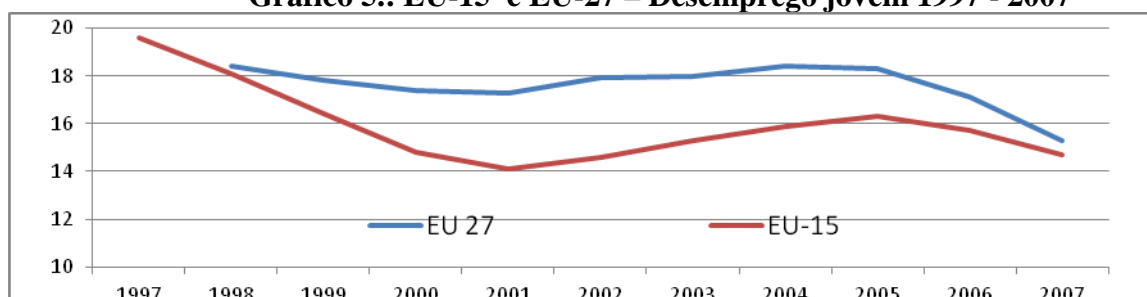
<sup>9</sup> Cf. Pinto (2008).

<sup>10</sup> Cf. Freyssinet (2004) para o caso da França, e Seifert (2006) para o caso da Alemanha. Em Castel (1999) encontram-se também alguns dados referentes ao Reino Unido.

em vista da pessoa desempregada, cuja empregabilidade se deteriora rapidamente depois dos primeiros meses, quanto do ônus aos sistemas de seguro desemprego. Este fato certamente não pode ser atribuído ao desemprego voluntário e já aponta as limitações de políticas unicamente voltadas ao mercado de trabalho e focadas na motivação e empregabilidade individual dos que procuram emprego, aspecto que forma o esboço geral do projeto da *Flexicurity* e das Políticas de Emprego da União Europeia.

Uma preocupação constante é a elevada taxa de desemprego das pessoas de 15 a 24 anos, evidenciando problemas dos jovens para ingressar no mercado de trabalho e conseguir estabilidade e apontando falhas estruturais: nesta magnitude, exposta no gráfico 5, fica evidente a falta de postos de trabalho disponíveis.

**Gráfico 5.: EU-15 e EU-27 – Desemprego jovem 1997 - 2007**



Fonte: Eurostat – elaboração própria

A taxa do desemprego juvenil recua de quase 20% em 1997 para 14,5 % em 2007, na EU-15. O problema se agrava com a chegada dos países que sucessivamente formaram a EU-27 e, desproporcionalmente, com a crise do início da década. O desemprego juvenil é mais do que o dobro do desemprego dos adultos acima de 24 anos, que em 2008 bateu na média de 5,9% para a EU 27 (6,1% na EU-15). Desdobrando os dados, somente a Dinamarca, os Países Baixos e a Alemanha mantêm a taxa de desemprego dos jovens relativamente próxima à dos adultos. Em geral, inserir a juventude no mercado de trabalho é um desafio para todas as economias nacionais. Em algumas, destacadamente no Reino Unido, trata-se realmente de um grande problema, já que mais de 40% da sua força de trabalho jovem está desempregada em 2006 (Eurostat, apud Kallabis, 2009, pg. 140).

Uma resposta dada pela União Europeia é o objetivo de oferecer a cada jovem desempregado, dentro de um prazo de seis meses, senão um emprego então a participação em programas de formação ou aperfeiçoamento profissional. O perigo, entretanto, consiste em engajar os jovens em programas sucessivos sem um poder real de inserção estável no mercado de trabalho. Numa sociedade organizada em torno da sociabilidade pelo trabalho, não basta ocupar o tempo e assegurar um mínimo de renda. Necessita-se encontrar um lugar nesta sociedade que dê sentido à individualidade construída em relação ao coletivo.

No âmbito europeu, apesar de diferenças regionais marcantes, não há uma grande divergência entre as taxas de desemprego feminina e masculina, estando, em 2007 a primeira, na média, somente levemente acima da segunda, sem significativas mudanças desde 1995. As diferenças são notáveis nos países do sul europeu e alguns do leste europeu, pertencendo ao modelo “conservador-paternalista”. E em países que oferecem mais empregos em tempo parcial a taxa de desocupação dos homens mostra-se até levemente maior do que a das mulheres (Irlanda, Reino Unido, Alemanha e alguns países do leste europeu) (Eurostat, *apud* Kallabis, 2009, pg. 155).

## 2. Mais empregos

A Estratégia de Lisboa contém poucos indicadores quantitativos. Um deles refere-se à taxa de emprego, que mede o percentual de pessoas empregadas entre 15 e 64 anos em relação ao total das pessoas com a mesma idade<sup>11</sup>. A Taxa de Emprego mede, também, o percentual das pessoas que auferem suas rendas no mercado de trabalho, outro pressuposto implícito da Estratégia de Lisboa<sup>12</sup>. A *European Labour Force Survey*, considera empregada a pessoa que tenha exercido qualquer trabalho pago ou com o objetivo de auferir lucro por pelo menos uma hora na semana do levantamento, ou, se não estivesse trabalhando, já tivera um emprego e estava temporariamente afastado do exercício dele. O conceito é bastante amplo, tendendo a superestimar o emprego e subestimar o desemprego.

O gráfico 6 mostra as taxas de emprego nos Estados-Membros da União Europeia e evidencia a distância das metas postas - 75% para as pessoas em idade ativa, 60% para as mulheres<sup>13</sup> e 50% para as pessoas acima de 54 anos. No interior da União, entretanto, a situação é heterogênea, ficando visível a baixa quase generalizada no leste europeu. Interessante também é o fato dos países de matriz bismarckiana estarem próximos das metas, com exceção da referente às pessoas mais velhas. A taxa das pessoas acima de 54 anos, é mais expressiva nos países do sul.

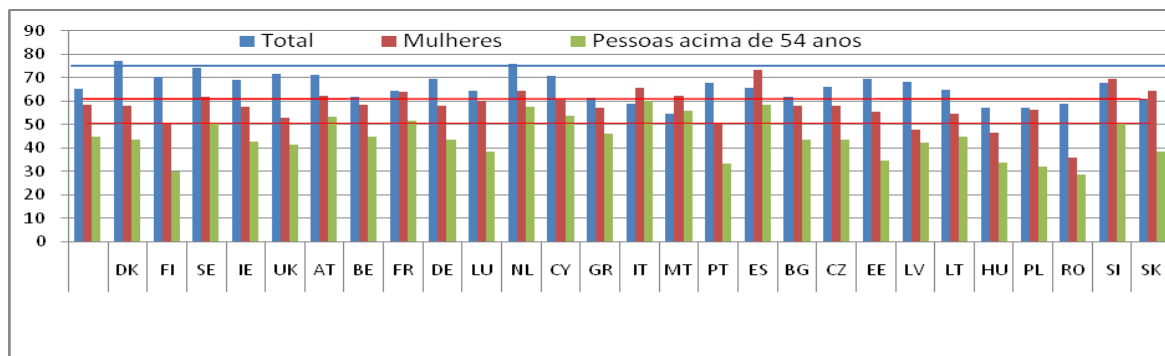
---

<sup>11</sup> A Taxa de Emprego é a relação entre o número de pessoas empregadas e o número de pessoas que compõem a PIA, ou seja, pessoas de 15 a 64 anos empregadas/ Total de pessoas de 15 a 64 anos. Ela é uma taxa de ocupação ampliada, sendo a Taxa de Ocupação a relação entre pessoas empregadas e a PEA.

<sup>12</sup> As discussão mais ampla refere-se a transição, nas palavras de Jessob (1993) de Keynesian Welfare-States para schumpeterian Work-Fare-States, ou da transformação dos Estados de Bem Estar Social Europeias segundo o work-fare princípio (vede a respeito, Kallabis, 2009, pg. 31ss)

<sup>13</sup> O objetivo de 75% só pode ser alcançado se a participação dos homens compensar a diferença. Assim, na distribuição “ideal” a força de trabalho total será composta por 57% de homens e 43 % de mulheres.

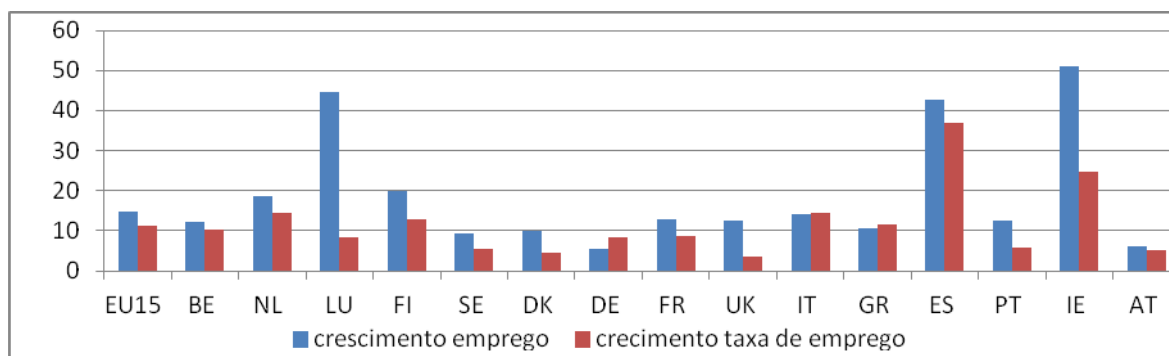
**Gráfico 6: EU – 27 – Estados-Membros - Taxa de Emprego Total, por gênero e das pessoas acima de 54 anos- 2007<sup>14</sup>**



Fonte: Eurostat – elaboração própria

Se em 2007, os países membros estavam longe dos objetivos postos, a dinâmica nos mercados de trabalho europeus apontou em direção a estes, como pode ser verificado no próximo gráfico (7) que mostra a evolução da Taxa geral de Emprego, juntamente com a evolução do estoque de empregos, nos países da EU-15.

**Gráfico 7: EU-15, crescimento dos empregos e da Taxa de Emprego – 1995 e 2007**



Fonte: Eurostat – elaboração própria

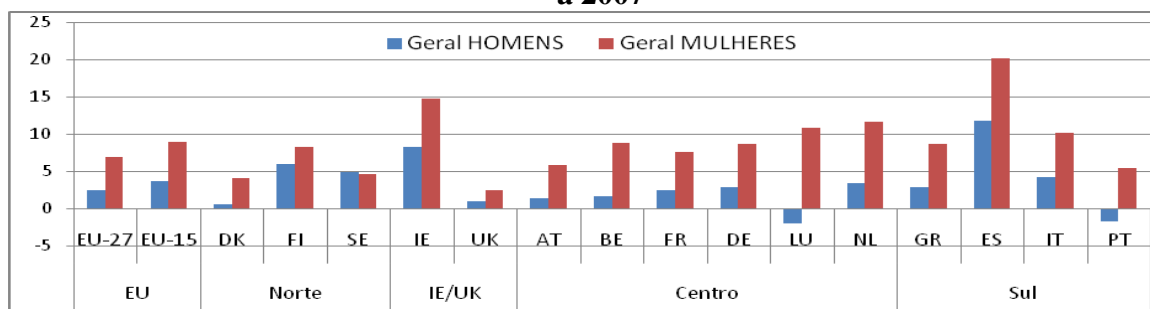
Na média europeia, o número de empregos aumentou em quatorze por cento, num intervalo de 12 anos, e a taxa de emprego aumentou em dez por cento; quer dizer, num quadro de baixo dinamismo demográfico, um número expressivo adicional de pessoas procurou a inserção no mercado de trabalho e a conseguiram de maneira ativa. O aumento da taxa de emprego com retração da taxa de desemprego somente é possível com a criação de postos de trabalho. A Espanha desponta mais uma vez, com a criação de 38% mais de empregos, e a inserção maciça de pessoas em idade ativa no mercado de trabalho (42% a mais). Em geral, o aumento do número de empregos foi maior do que o aumento no número de pessoas empregadas, com exceção da Alemanha, da Itália e da Grécia. Num quadro de redução da taxa de desemprego, este dado só pode ser obtido com o crescimento de empregos em tempo parcial.

<sup>14</sup> Para as siglas, vede nota de rodapé no 4.



O gráfico 8 evidencia que o crescimento da taxa de emprego se deve sobretudo ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, mesmo que tenham variado positivamente as taxas de ambos os sexos. A magnitude do que ocorreu na Itália e na Espanha tem feições de mudanças estruturais, porque incorporar um quinto a mais de força de trabalho feminina exige uma organização social diferente.

**Gráfico 8: EU-15 - Estados-Membros – variação da Taxa de Emprego por gênero, 1997 a 2007<sup>15</sup>**



Fonte: Eurostat – elaboração própria

Outro ponto de destaque na discussão das políticas e estratégias europeias é o envelhecimento das populações, mas opta-se aqui por somente mencionar o tema. O que intriga na taxa de emprego de pessoas mais velhas é o fato de haver uma diferença muito acentuada entre as taxas de emprego totais e desta faixa de idade, uma diferença de 20% na média europeia, como mostra a tabela 1. Quer dizer, as pessoas se retiram do mercado de trabalho muito antes de integralizar o ciclo de vida laboral idealizada nos sistemas de previdência, que varia atualmente entre 63 e 65 anos de idade para os homens, e 60 e 63 para as mulheres. Estão tramitando projetos para aumentar a idade mínima para a aposentadoria, em nível europeu, para 65 (mulheres) respectivamente 67 anos de idade (homens).

**Tabela 1: EU-27 - Taxa de Emprego por gênero e idade – 2007**

Idade	Total	Homens	Mulheres
15 - 64 anos	65,4	72,5	58,6
55 - 64 anos	44,7	53,9	36

Fonte: Eurostat – elaboração própria

Para aumentar o contingente de pessoas acima de 54 anos na PIA, seria necessário que o sistema produtivo propiciasse condições adequadas a este grupo, e que as condições de trabalho durante a vida laboral não levassem à exaustão física ou à obsolescência das qualificações antes do tempo. Se as pessoas optam, de maneira generalizada, por se retirarem antecipadamente do mercado de trabalho, pode-se supor que a situação nesse mercado não esteja favorável ao ‘envelhecimento ativo’, propagado pela Estratégia de Lisboa.

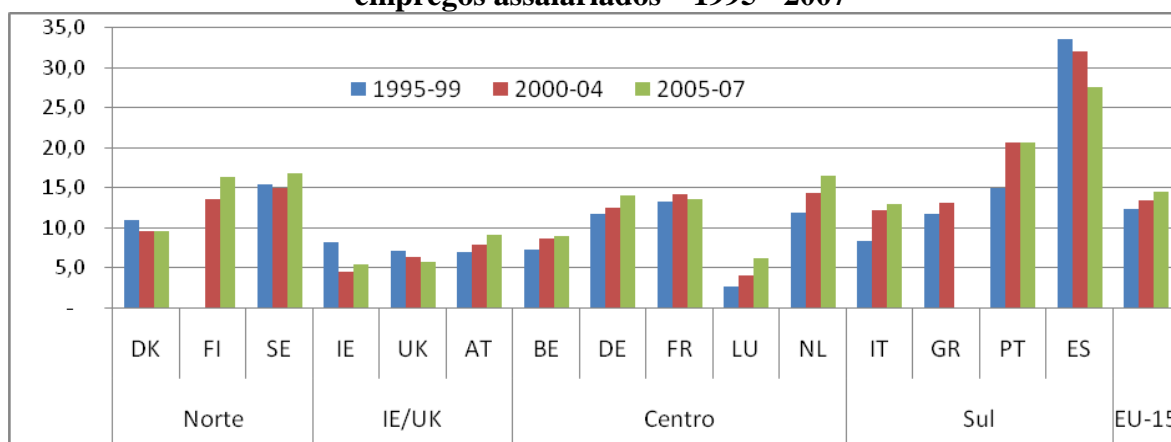
<sup>15</sup> Para as siglas, vede nota de rodapé no 4.

### 3. A Qualidade dos Empregos

Os dados até agora mostraram, a União Europeia logrou criar mais empregos. Pode-se supor que os novos empregos encerrem a oportunidade de introduzir novas condições no mercado de trabalho, e os dados sobre a qualidade dos empregos criados apontam nesta direção. Neste contexto, uma questão discutida intensamente é qual a qualidade dos empregos criados. O projeto da *Flexicurity* procura promover o aprofundamento da flexibilização dos contratos de trabalho e ampliar a diversidade nos quesitos uso, alocação e remuneração do trabalho. Verificam-se, nesta seção, as seguintes variáveis: 1. Empregos com contrato indeterminado ou determinado; 2. Empregos em tempo integral e parcial; 4. Permanência no emprego.

O gráfico 9 mostra os resultados da primeira variável, isto é, do aumento dos contratos temporários, seguindo uma tendência clara e quase unânime.

**Gráfico 9: EU-15 - Percentual de empregos temporários em relação ao total dos empregos assalariados – 1995 - 2007<sup>16</sup>**



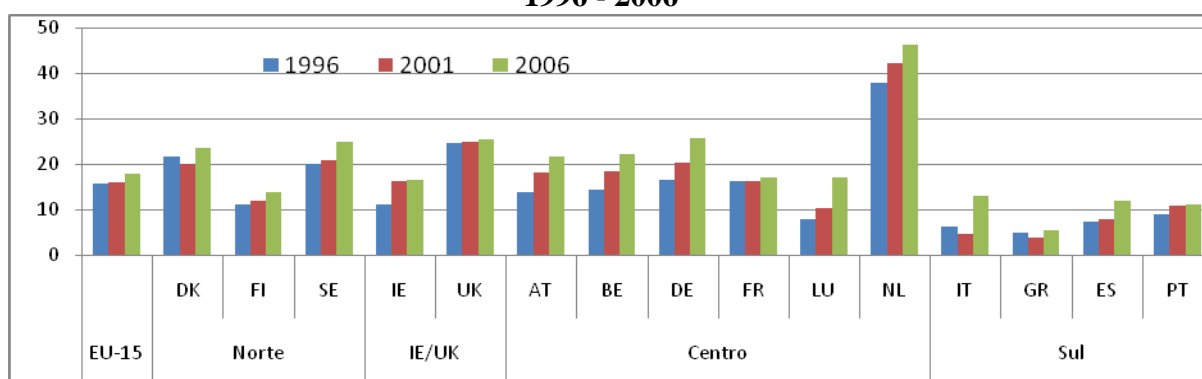
Fonte: Eurostat – elaboração própria

Não houve apenas um aumento geral da participação de empregos temporários no total dos empregos; ocorreu, também, uma harmonização dos níveis nacionais. Interessante é como este tipo de contrato diminuiu, de um patamar já baixo, no Reino Unido. Este seria um indicador de uma proteção fraca ao emprego. Onde existe facilidade para se admitir e para se demitir, não há necessidade de se determinar o fim dos contratos. Mas, a tendência geral é do aumento desta forma contratual. Seria necessário que se ponderassem os dados do gráfico com informações acerca das leis trabalhistas nos Estados- Membros da União.

<sup>16</sup> Para as siglas, vede nota de rodapé no 4.

A próxima variável a ser analisada é a da relação entre empregos em tempo integral e parcial. O emprego em tempo integral é considerado um posto de trabalho com carga horária de 30 horas semanais ou mais. O gráfico 10 evidencia um aumento significativo e contínuo dos empregos parciais em todos os Estados da EU-15, atingindo níveis consideráveis, de 18% na média da EU\_15, em 2006, o que leva a crer numa mudança permanente nas características dos empregos. No Reino Unido e na Alemanha, 25% dos empregos são parciais. Destaque é dado aos Países Baixos: quase 45% dos neerlandeses ocupados trabalham em empregos em tempo parcial.

**Gráfico 10: EU-15 Empregos em tempo parcial - % do total de empregos assalariados - 1996 - 2006<sup>17</sup>**



Fonte: Eurostat – elaboração própria

Esta é uma variável que precisa ser contextualizada, porque a exigência de empregos em tempo parcial faz parte de reivindicações sociais. As orientações europeias para criar contextos nos quais seja mais fácil conciliar o trabalho com exigências familiares e preferências pessoais não são, somente, discurso político. A ‘exigência política’ de maior participação das mulheres no mercado de trabalho corresponde à reivindicação das mulheres por esta participação. A questão não é tanto se empregos parciais são mais ou menos precários. Trata-se, antes disso, de uma discussão sobre como prover a proteção social necessária a esse tipo de emprego, se a renda e a segurança principal dependerem dele, além de como este tipo de emprego repercutir na renda pós-vida laboral. Discutem-se, por exemplo, atualmente na Alemanha os primeiros indícios do retorno da pobreza na velhice como fenômeno recorrente.

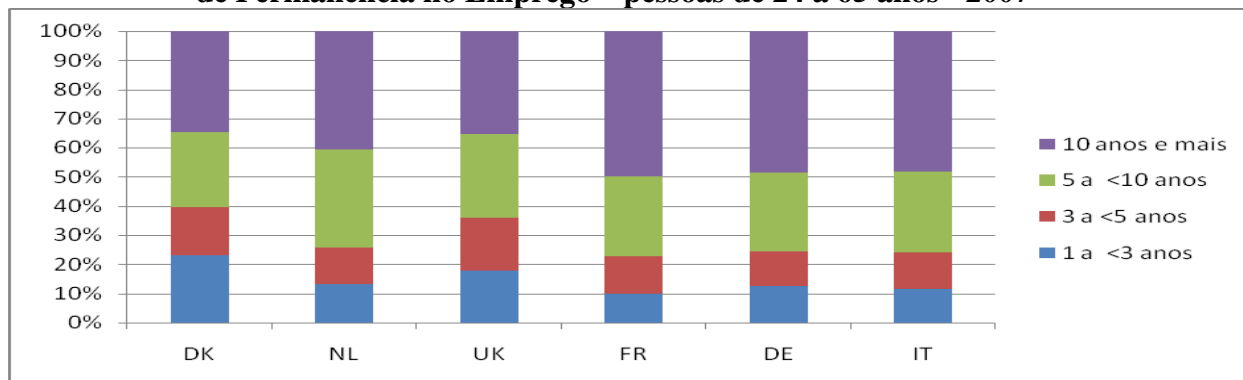
Um fato incontestável é que os empregos em tempo parcial são predominantemente assumidos por mulheres. Em 2007, 81% desses postos de trabalho eram ocupados por mulheres, com uma tendência crescente em comparação com a década anterior. Ligando este dado à elevação da taxa de emprego das mulheres, é lógico que um grande número de

<sup>17</sup> Para as siglas, vede nota de rodapé no 4

empregos gerados é de empregos em tempo parcial. Na contramão andaram a Suécia, a Dinamarca e Portugal, onde a participação masculina neste segmento aumentou, indicando a deterioração das condições de emprego no núcleo do mercado de trabalho. Nesta direção aponta também outro dado, o do emprego parcial involuntário, que aumentou entre 1992 para 2007 significativamente. Na média da EU-15, 15% dos empregados em tempo parcial afirmam sua situação como involuntária, com tendência a aumentar, chegando na Alemanha perto dos 20%, na França dos 27%, na Itália beirando os 30% e na Espanha, dos 33%, dados triplicados em relação a 1992 (Eurostat). Com estes dados não é demais afirmar que, em geral, se tratar de uma tendência a precarização.

Outro elemento da qualidade dos empregos é a estabilidade. Há um conflito de interesses entre a preferência dos assalariados por estabilidade e o interesse das empresas em poder dispor do trabalho de maneira mais flexível possível, origem da insistência por parte das orientações oficiais na flexibilidade do mercado de trabalho. Os próximos dados procuram avaliar esta questão, mas, como se trata de uma grande quantidade de dados, restringe-se o exercício às quatro economias maiores, aos Países Baixos e à Dinamarca, por seu papel destacado nos dados acima e na discussão da *Flexicurity*. O gráfico 11 mostra o quanto os mercados de trabalho destes seis países são estáveis.

**Gráfico 11: Dinamarca, Países Baixos, Reino Unido, França, Alemanha, Itália - Tempo de Permanência no Emprego – pessoas de 24 a 65 anos - 2007**



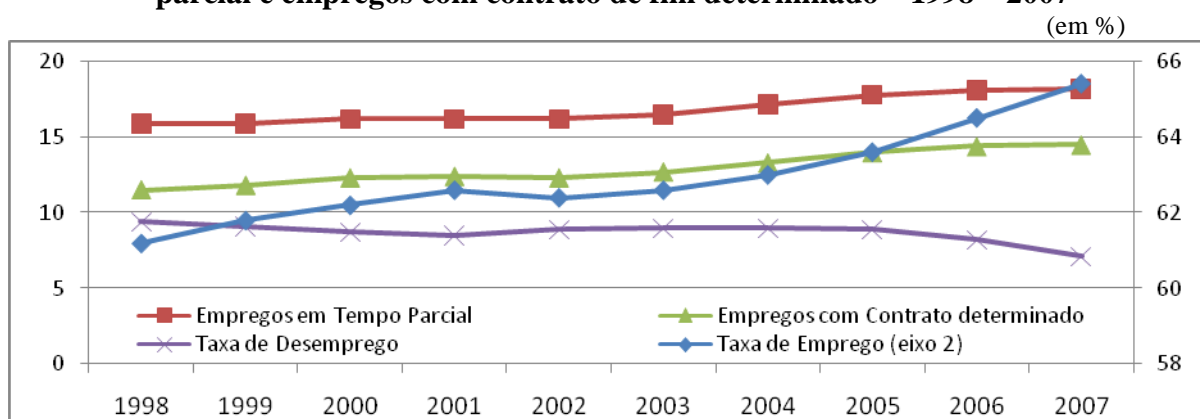
Fonte: OCDE:Stat -elaboração própria

Tomando como referência a soma das relações de emprego que duram cinco anos e mais, chega-se aos seguintes dados: 46% dos empregos na Dinamarca entram nesta categoria, 54% no Reino Unido, 65% na Alemanha e 67% na França e na Itália. Este é um dado da preponderância ainda existente da estabilidade no emprego, uma das características centrais da regulação do trabalho em Estados de Bem Estar Social.

Para finalizar, o gráfico 12 resume a discussão sobre a qualidade dos empregos, ligando-a a evolução das taxas de emprego e desemprego. Este gráfico permite visualizar as

tendências nas quatro variáveis principais das Estratégias Europeias para o Emprego: a taxa de desemprego recuou, notadamente a partir da recuperação econômica em 2005, e a taxa de emprego aumentou. Houve, portanto, aumento de postos de trabalho, porque mais pessoas entraram no mercado de trabalho e mais pessoas se empregaram.

**Gráfico 12: EU -27: Taxa de Emprego, Taxa de Desemprego, Empregos em tempo parcial e empregos com contrato de fim determinado – 1998 – 2007**



Fonte: Eurostat – elaboração própria

Como a redução da taxa de desemprego foi de 2,8 pontos percentuais, e o aumento da taxa de emprego atingiu 4,8 pontos percentuais, pode-se concluir que a maioria destes novos empregos criados pode ser considerada como precária, porque a participação de empregos em tempo parcial e com duração determinada aumentou em relação ao total dos empregos em 5,1 pontos percentuais<sup>18</sup>.

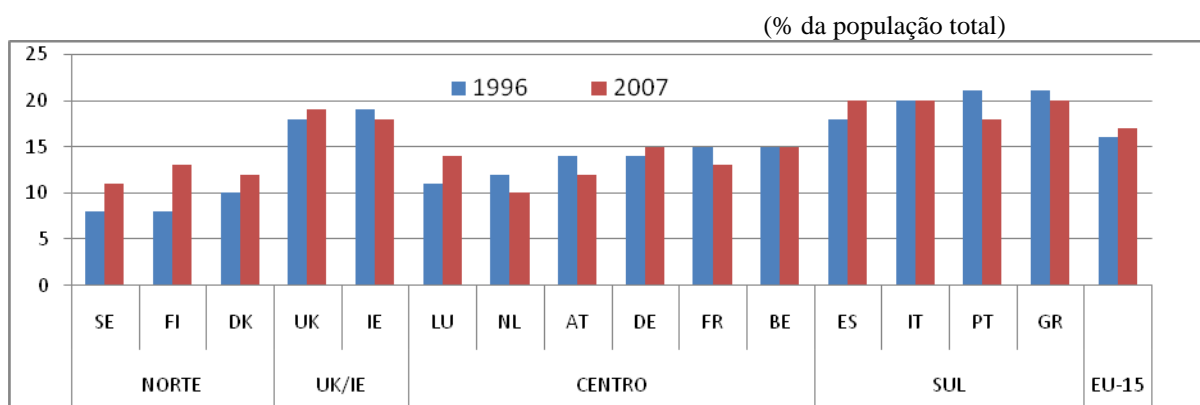
Falta analisar uma última variável, “melhores empregos”. A segurança de renda é uma característica de sistemas de proteção social fortes e serve como Proxy para avaliar se o objetivo de acompanhar o aprofundamento da flexibilização pela modernização dos sistemas de proteção social de tal maneira que correspondam a esta nova realidade é alcançado. Ela será avaliada por duas variáveis: a evolução do risco de pobreza, como dado absoluto, e a relação entre a evolução da taxa de crescimento do GDP e da taxa de crescimento dos salários.

Usar o indicador “risco de pobreza após transferências sociais” permite comparar os dados sem distorção conjuntural. O gráfico 13 mostra os dados para os anos de 1996 e 2007. A linha de pobreza é traçada em referência à renda mediana da população nacional, sendo considerado como pobre quem possui uma renda disponível menor do que 60% desta renda

<sup>18</sup> A Eurostat assegura a compatibilidade dos dados usando para os empregos parciais uma medida de equivalência com empregos integrais. Em ETUI (2009), encontra-se uma avaliação pormenorizada destes postos de trabalho.

mediana<sup>19</sup>. Neste caso, os mecanismos para assegurar certo padrão de vida, independentemente da participação no mercado de trabalho - uma das características centrais dos Estados de Bem estar social - já entraram em ação, e o nível e a evolução dos dados informam sobre a força da proteção social, fortemente ligada ao trabalho.

**Gráfico 13: EU – 15 – Estados-Membros – Risco de Pobreza – 1996 – 2007<sup>20</sup>**



Fonte: Eurostat – elaboração própria

Os dados do gráfico mostram nitidamente, por um lado, os modelos existentes na União Europeia e, por outro, uma tendência à convergência a um nível menos protegido. Nos dados de 1996, ficam muito distintos o baixo nível de risco de pobreza nos países nórdicos e a boa proteção nos países do centro. A exposição ao risco de pobreza é maior nos países do sul e nos Estados do modelo liberal. A evolução dos dados aponta para um aumento geral do risco de pobreza, como mostra o dado médio da EU-15, com uma forte elevação nos países do norte europeu e, em menor proporção, no Reino Unido, na Alemanha, na Espanha e em alguns países menores. Dos quatro grandes, a França conseguiu diminuir este risco.

## Conclusão

As seções anteriores tiveram como objetivo reunir dados para avaliar se o objetivo da Estratégia de Lisboa – criar mais e melhores empregos – foi alcançado. Além disso, objetivava-se descobrir se, dentro do discurso de aprofundar a flexibilização das relações de trabalho num contexto de amparo social, os elementos constitutivos dos Estados de Bem Estar nacionais foram preservados, notadamente no que se refere à garantia de certo padrão de vida.

<sup>19</sup> A mediana é a linha de renda que divide a população em dois grupos iguais: 50% ganham mais, 50% ganham menos do que este limite. Se a mediana fosse 100 unidades monetárias, seria tido como pobre quem ganhasse 40 unidades monetárias ou menos.

<sup>20</sup> Para as siglas, vede nota de rodapé no 4.

Inicialmente abordou-se a questão do desemprego, chegando-se à conclusão de que a taxa geral de desemprego está em 2007 ainda num patamar elevado, 7,5 % para a União Europeia, tendo recuado somente nos últimos anos da recuperação econômica. Viu-se, também que não existem relações macroeconômicas simples para explicar o sucesso na luta contra o desemprego. Percebeu-se que a taxa de desemprego é sensível ao crescimento, mas que somente o crescimento econômico não é suficiente para explicar sua evolução. Notou-se, além disso, a influência do modelo capitalista adotado pelos países analisados, ficando tal influência visível em todas as variáveis analisadas.

Em seguida, analisou-se a composição do desemprego. Detectou-se que o desemprego de longa duração cedeu na média europeia, novamente com resultados nacionais heterogêneos que reforçam as afirmações anteriores. Os dados mostram como a segmentação dos mercados de trabalho ainda persiste, apesar da melhora. Difícil é a situação das pessoas com menos de 25 anos à procura de emprego. O dado fica mais sério ainda quando se leva em conta a análise feita pela ETUI (2009) que mostra a melhora desta situação somente nos últimos anos, ponderado pelo esforço de oferecer aos desempregados abaixo de 24 anos dentro de seis meses trabalho ou formação. A melhora ocorreu por conta destes programas de formação, que tiram, estatisticamente, o jovem do desemprego. Porém, a estrutura dos mercados de trabalho pouco ou nada melhorou para oferecer os postos de trabalho necessários a absorção da força de trabalho jovem, com a qualidade requerida para o início de uma carreira laboral bem sucedida.

A taxa de emprego, carro-chefe da Estratégia de Lisboa, foi abordada na seção seguinte. Os dados mostram que os objetivos não foram alcançados, contudo, há um movimento de convergência em direção às metas postas, apesar da grande heterogeneidade entre os Estados-Membros.

Os dados sobre a qualidade dos empregos mostraram uma clara dinâmica relacionada ao aumento de empregos em tempo parcial e dos empregos com contrato determinado, com um forte viés involuntário. Este resultado soma-se e está congruente com a redução da permanência no emprego. Essa dinâmica aponta uma tendência à maior precarização do mercado de trabalho europeu, pois, relacionando-se estes dados com a evolução das taxas de emprego e desemprego, percebe-se que os novos empregos gerados são postos de trabalho com tendência à precariedade. Esta tendência se confirma na seção sobre segurança de renda, onde se constata um aumento do contingente de pessoas em risco de pobreza.

Juntando todos estes resultados, pode-se afirmar que o mercado de trabalho europeu sofreu uma dinâmica de precarização no período de 1995 a 2007. Resumindo, criaram-se mais

empregos, sim, mas os novos empregos gerados não são melhores e há uma tendência clara a feminização do mercado de trabalho. Isto quer dizer, as condições nas quais mulheres se inserem no mercado de trabalho se alastram como características mais gerais para um grupo crescente das pessoas inseridas no mercado de trabalho. Isto não quer dizer que não existam dinâmicas positivas, no entanto, a segregação se aprofundou, e a dinâmica é precarizante, o que tende a reduzir o poder estratégico dos que vendem sua força de trabalho e a diminuir o poder de barganha “do trabalho” como um todo.

Este dado é congruente com uma avaliação crítica da Estratégia de Lisboa, e atesta a ela, antes de ser um “*high-road-modelo*” da competitividade pela qualidade produtiva e elevação do padrão de vida da população, ter características próximas ao “*low-road-modelo*” da competitividade pela concorrência de custos, que tende a flexibilizar os mercados de trabalho sem contrapartida em forma de segurança e renda (Pouchet et alii, 2009).

## REFERÊNCIA

- Brödner P. Latniak E. (2002), **Der lange Weg zur ‘High Road’**. **Neue Untersuchungsergebnisse zu organisatorischen Veränderungen in Unternehmen** (The long way to the ‘high road’), IATJahresbericht 01/02, Gelsenkirchen, S. 113-134, <http://www.iatge.de>
- CEC (COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES) (2008). **A European Economic Recovery Plan**. COM(2008) 800 final. Brussels, 26.11.2008
- ETUI/ETUC (2009) **Benchmarking Working Europe 2009**, Brussels: ETUI/ETUC.
- EUROSTAT – European Statistics; acessível in <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>
- GOETSCHY, Jane. (1999), **The European Employment strategy. Genesis and Development**. European Journal of Industrial Relations. 5 (2). Pg 117 – 137
- KALLABIS, Rita (2009). A Europa social – uma utopia? Campinas, SP: (s.n), 2009, Dissertação de mestrado acessível in <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000469264>
- POUCHET, Philippe. BOULIN, Jean-Yve. DUFOR, Christian (2009). The Lisbon Strategy. IN: Transfers 1/09 (1), pg 21 – 32 e 139 – 146 (Spring 2009)